

A QUESTÃO SOCIAL

GARCIA, Livia Oliveira ¹; RAMOS, Vanessa Martins ¹; BONADIO, Valderes Maria Romera ²

1 APONTAMENTOS ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL

Sabemos que a Questão Social evidencia-se no século XIX ocasionada por grandes transformações econômicas, sociais e políticas desencadeada pelo processo de industrialização na Europa, com a “tomada de consciência” por parte da classe trabalhadora de sua condição de exploração, onde o desenvolvimento econômico crescia na mesma proporção que o pauperismo.

Nesse momento de organização da classe trabalhadora que submetida a um degradante estado de pauperização, conscientes, organizados e estrategicamente situados com forças políticas (sindicatos, partidos políticos), inseridos na agenda do governo, problematizam os fatos reais e exigem respostas do Estado como a criação de regulações sociais, dentre elas a legislação fabril.

Desse modo, podemos compreender que o pauperismo seja o ponto de cristalização da Questão Social, e representa o dado histórico e inédito do século XIX (Castell 1995).

Segundo Castell (1995), o “Social” existe desde o século XVI, através de intervenções públicas que iam da assistência aos indigentes, passando pela regulação estatal da organização do trabalho. Porém a assistência pública se resumia basicamente a situações de indigência, onde estruturas da assistência confessional não haviam sido rompidas.

A produção industrial impôs uma nova fisionomia ao contexto social, e surge um novo tipo de regulação que se rege pelo estatuto do direito do cidadão e do dever do Estado, e este era sempre moldado às exigências do capitalismo.

As manifestações de revoltas dos trabalhadores eram impulsionadas pelo incremento da violência e da exploração que os capitalistas cometiam contra eles, e que transformava a existência da classe trabalhadora em uma luta desigual pela sobrevivência.

Ainda nas primeiras décadas do século XIX, já se reconhecia uma certa identidade de classe entre os trabalhadores, que partia de interesses comuns e apoiada em sua consciência social.

Paulatinamente a classe trabalhadora organizada foi alcançando muitas conquistas. As manifestações do movimento operário envolveu causas políticas mais amplas, pressionando burguesia e poder público. As questões sindicais e trabalhistas mais amadurecidas conseguiram vitórias trabalhistas, dentre elas a mais importante foi a aprovação da lei das dez horas, além da redução da violência no cotidiano.

2 A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E SUAS EXPRESSÕES HOJE

No Brasil, a Questão Social, é um processo tardio. E isso se deve ao sistema colonial, que aqui foi implantado baseado no trabalho escravo, na monocultura agrícola e no latifúndio de exportação, que como é até os dias atuais, totalmente subordinados aos grandes centros da economia mundial, fato este que marcou a vida econômica, política, social e cultural de nosso país profundamente.

No século XIX, começa as lutas pelas condições de vida e de trabalho, que inscreve a Questão Social no Brasil e esta passa a ser elemento de movimentos sociais. O Estado vai reconhecendo aos poucos que a Questão Social é uma realidade, e que algo pode mudar, mas as diversas manifestações ainda são resolvidas pela intervenção da polícia.

Só na década de 30 o Estado começa a admitir que a Questão Social pode ser tratada como um problema político, no entanto, vários aspectos da Questão Social ainda são tratados com repressão policial. Nesse período cria-se um sistema de proteção social básico, com criação da legislação trabalhista, Institutos de Aposentadorias e Pensões e a CLT, há uma “introdução” de Estado de Bem Estar Social, modelo da Europa Ocidental, em resposta à Questão Social.

No Pós-Guerra, ocorre no Brasil uma maior industrialização, com isso surge novas expressões da Questão Social. Nesse período o poder público investiu na expansão da economia, em geral através de empresas estatais ou de associações com capital privado e estrangeiro. Houve avanços sociais nas áreas de educação,

saúde, assistência social, mas com políticas voltadas a classe trabalhadora incluída no mercado de trabalho, deixando de lado os desempregados trabalhadores rurais (que ainda nessa época havia um contingente grande), os informais. A principal expressão da Questão Social, passa a ser então a desigualdade social. Massas pauperizadas que necessitam de moradia (habitação), reforma agrária, condições mínimas de saúde, vivem em condições miseráveis sem que haja uma política social que garanta seus direitos.

Enquanto na Europa estava nascendo um sistema de bem-estar-social visando à intervenção estatal na economia para obter altos níveis de atividade econômica de consumo e de emprego, com políticas sociais garantindo o pleno emprego, a universalização dos serviços sociais e a assistência social como rede de proteção. Porém no Brasil o Estado de bem-estar-social não se consolidou, o que houve foi apenas uma introdução.

Em 1.964 segundo Bonadío (2003), o Brasil mergulha no processo da ditadura militar. Nesse período histórico as lutas sociais foram reprimidas e consideradas ilegais. Desse modo, a Questão Social, foi incorporada ao regime autocrático como ação estratégica de manutenção da estabilidade política e social do país. O Estado, portanto, não se preocupava em reconhecer os direitos sociais.

Somente na década de 80 com o esgarçamento do modelo político e autoritário, e o visível aumento da desigualdade social é que os movimentos sociais reconquistam as lutas sociais e a Questão Social volta a arena brasileira. E a principal e mais importante resposta às lutas sociais desse período de transição democrática, foi a Constituição Federal que garantiu os direitos sociais, e conferiu caráter político à Questão Social.

[...] sobre os direitos sociais no país, caracterizou o momento inicial de restauração democrática, especialmente no que concerne ao tratamento dado à questão social, e orientou um esforço pela busca de novo ordenamento institucional, que possibilitasse alcançar maior efetividade nas políticas governamentais em respostas às demandas sociais existentes. O governo da Nova República inicia sua trajetória num contexto no qual a gravidade da questão social tinha que ser claramente

reconhecida pelos órgãos do Estado (RIZOTTI apud BONADIO,)

Dado aos novos rumos do capitalismo, o Brasil entra na década de 90 sob imposição do neoliberalismo, que desenha novas expressões da Questão Social. São expressões que á luz das transformações da sociedade contemporânea, na verdade, apresentam com nova roupagem as “velhas questões”, o que leva autores e pensadores brasileiros á interpretar que há uma nova Questão Social, isto porém não é consenso. Para melhor explanarmos sobre o assunto, usaremos como referência a autora A.P. Pereira.

Pereira (2001) afirma que não há uma nova Questão Social, porque a Questão Social tem ênfase com o surgimento do capitalismo, e essa base é a mesma até os dias atuais, o que temos são novas expressões. A autora leva em conta a ausência de decisivas problematizações políticas dos desafios atuais, e não consegue perceber a presença nem mesmo de uma explícita Questão Social, e muito menos de uma nova Questão.

“Quanto ao adjetivo “nova” faço coro com aqueles que discordam dessa qualificação, pelo fato de ela basicamente referir-se às manifestações contemporâneas de problemas que são engendrados pelas contradições fundamentais já referidas e de propugnar métodos de gestão social cuja principal novidade é a de serem diferentes dos adotados pelo Welfare State Keynesiano” (Pereira 2001).

Essas novas manifestações são frutos de novas necessidades desencadeadas por diversos fatores, que no final dos anos 70, vêm compor um novo cenário á dinâmica capitalista. A crise do capital gerada pela queda das taxas de lucros, impulsionada pela crise do petróleo, o avanço no desenvolvimento informacional, a mundialização do capital, e as mudanças no processo produtivo Fordista/Taylorista. O capitalismo vivencia mais uma crise econômica e política, provocando mudanças em toda a sociedade, especialmente no mundo do trabalho.

A modificação no modo de produção trouxe várias conseqüências. A flexibilização no processo do trabalho, no qual acarreta a horizontalização e a

terceirização do processo produtivo e a reengenharia (empresa enxuta), junto com a qualidade total e os círculos de controle de qualidade, o trabalho precarizado e desregulamentado, mão de obra polivalente e o desemprego estrutural, ficando mais acentuado o embate da classe que explora e a classe explorada.

O capitalismo sofisticou-se em capitalismo financeiro, que vive do lucro de transações financeiras, sem qualquer compromisso com a produção geradora de empregos, e com a justiça social, assumiu proporções enormes, onde um pequeno número de poderosos grupos ou especuladores privados lucram, com isso os ricos ficam mais ricos enquanto os pobres mais pobres, agravando mais o fenômeno da desigualdade social que sempre esteve presente.

A máquina ferramenta que impulsionou o desenvolvimento da civilização industrial criou contradições na ordem econômica prevalecente, acarretando alterações significativas na relação entre capital/trabalho e Estado/sociedade, esse processo aconteceu em outros momentos da história, e acontece hoje de forma mais intensa e acelerada, sob pressão de novas e avançadas forças produtivas, os quais afetam todas as áreas da atividade humana.

O Estado também se modifica devido seu crescimento distorcido, em função da crise fiscal, deixa de ser Welfare State Keynesiano, para o neoliberalismo onde há um encolhimento dos espaços públicos governamentais e o alargamento dos espaços públicos não governamentais. Há o renascimento da filantropia social para encobrir a crise. As políticas públicas tornam-se cada vez mais privada e focalizada, reduzindo a prestação de serviços públicos.